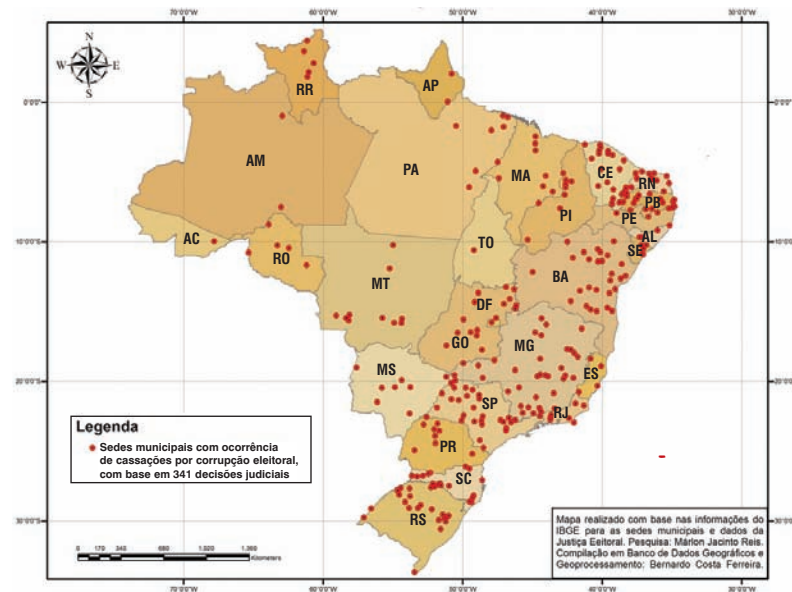


Total de cassações por corrupção eleitoral = 623

(Eleições 2000, 2002, 2004 e 2006)



Cassações por estado

2000, 2002, 2004 e 2006

Estado	Nº de cassações	Estado	Nº de cassações
Acre	1	Paraíba	36
Alagoas	4	Paraná	16
Amapá	9	Pernambuco	14
Amazonas	2	Piauí	22
Bahia	54	Rio de Janeiro	18
Ceará	37	Rio Grande do Norte	60
Distrito Federal	1	Rio Grande do Sul	49
Espírito Santo	7	Rondônia	13
Goiás	33	Roraima	17
Maranhão	14	Santa Catarina	25
Mato Grosso	20	São Paulo	55
Mato Grosso do Sul	18	Sergipe	10
Minas Gerais	71	Tocantins	3
Pará	14		
TOTAL		623	

Atualizado em 07/09/2007



VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS

Secretaria Executiva do Comitê Nacional do MCCE

E-mail: lei9840@gmail.com

Fone: (61) 2193.9746

Endereço

SAS, quadra 5, lote 2, bloco N
 Edifício anexo da OAB – 1º andar
 Cep: 70.438-900
 Brasília - DF

Visite nosso site eletrônico

www.lei9840.org.br

MCCE

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

O que é o MCCE

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) é uma rede formada por entidades da sociedade civil, movimentos, organizações sociais e religiosas, que tem como objetivo garantir a aplicação da Lei 9840, de combate à corrupção eleitoral.

Instituído durante o período eleitoral de 2002, o MCCE ampliou sua atuação e hoje funciona de forma permanente com ações em todo o país.

Como o MCCE está organizado

Existe um comitê nacional em Brasília, formado por 32 entidades e centenas de comitês estaduais e locais por todo o Brasil. Eles são conhecidos como comitês 9840 e exercem um importante papel de fiscalização, educação popular e monitoramento do orçamento público e da máquina administrativa.

Os comitês 9840 locais coletam e recebem provas de corrupção eleitoral que são enviadas para o comitê estadual, e este formula representações contra políticos infratores

junto à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público Eleitoral.

Os comitês estão presentes em todos os estados brasileiros e são constituídos de forma voluntária por representantes da sociedade civil, pastorais, sindicatos, associações e outros grupos organizados.



Eixos de atuação

Fiscalização

O objetivo deste eixo é assegurar o cumprimento da Lei 9840 por meio do recebimento de denúncias, acompanhamento de processos e encaminhamento de representações junto aos órgãos competentes.

Educação

Visa contribuir para a consolidação de uma consciência dos eleitores de que voto não tem preço, tem conseqüências. Para isso, são realizadas ações nos municípios como encontros, palestras e seminários, a partir dos comitês 9840. Cartilhas, folderes e cartazes são distribuídos durante os eventos.

Monitoramento

Com este eixo, o MCCE realiza tanto o monitoramento das ações do parlamento brasileiro em relação à Lei 9840 como controle social do orçamento público e da máquina administrativa, objetivando evitar desvio de recursos com finalidades eleitorais.

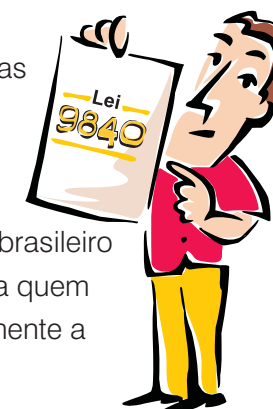
Lei 9840

Promulgada em 1999, a lei foi criada com a força da população brasileira, que coletou as 1.039.175 assinaturas, dando origem à lei de iniciativa popular.

A Lei 9840 possui um papel fundamental para a conquista de um sistema político mais democrático ao combater a compra de votos e o uso eleitoral da máquina administrativa. A lei autoriza a cassação do registro da candidatura ou do

diploma de políticos que praticarem as irregularidades previstas, além do pagamento de multa.

Antes da Lei 9840, o Direito Eleitoral brasileiro não contemplava punição eficaz para quem comprava votos e utilizava indevidamente a máquina administrativa.



O que diz a Lei 9840

A lei de iniciativa popular introduziu na Lei das Eleições o art. 41-A e o § 3º do art. 73. O primeiro considera captação ilícita de sufrágio o candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem de qualquer natureza. O segundo relaciona hipóteses de uso eleitoral da máquina administrativa. Esses dispositivos impõem aos infratores multa e cassação do registro ou do diploma eleitoral.

Resultado da Lei 9840

Cargo	Cassados
Governador e vice	4
Senador e suplentes	6
Deputado Federal	8
Deputado Estadual/Distrital	13
Prefeito e vice	508
Vereador	84
Total	623

Processos em andamento

Além disso, ainda serão julgados 1100 processos de corrupção eleitoral referentes às eleições de 2006, o que possivelmente ampliará o resultado das cassações.